

AMADO, Rosane de Sá (org.) (2010). *Estudos em Línguas e Culturas Macro-Jê*. São Paulo: Editora Paulistana. Pp. 243. ISBN. 978-85-99829-43-1.

Organizado por Rosane de Sá Amado (USP), o livro **Estudos em Línguas e Culturas Macro-Jê** reúne uma série de artigos apresentados por Antropólogos e Linguistas durante evento de mesmo nome realizado em maio de 2007 na Universidade de São Paulo. Já na apresentação do livro sabe-se que se trata de um total de treze artigos divididos nas seguintes sessões temáticas: I. *Estudando os povos e as culturas*; II. *Conhecendo as línguas através dos textos*; III. *Reconstruindo troncos e famílias*; IV. *Descrindo as línguas e, finalmente*, V. *Aprendendo com a aquisição e a educação indígena*. Com essa estrutura, entende-se inicialmente que se trata de uma obra abrangente no que diz respeito à diferentes abordagens. Imagina-se, por exemplo, no que tange à linguística, a co-ocorrência de trabalhos com foco em linguística textual (II), em descrição (IV), em educação (V).

A primeira sessão temática do livro é constituída por artigos dos antropólogos Juracilda Veiga, Vanessa Lea e Guilherme Falleiros. O primeiro, intitulado **A constituição de gênero na sociedade kaingang**, de Veiga, trata da construção do gênero na sociedade kaingang em sua divisão em metades assimétricas e complementares, bem como das simbologias relacionadas ao masculino e ao feminino na referida sociedade. Esse povo, segundo a autora, constitui a maior população de falantes Jê, mas, por outro lado, é o mais diferente dos povos geneticamente relacionados. Ao referir-se às atividades gerais da sociedade kaingang, Veiga afirma que não há atividade na vida deste povo que esteja proibida à participação de mulheres. Isso ilustra o que a autora denomina ‘metades kaingang’, representações do sol (Kamẽ) e da lua (Kanhru); masculino e feminino. Tais fatos não implicam, contudo, em uma não distinção entre atividades favorecida por gênero. As atividades políticas entre os Kaingang, assim como em ‘todas as sociedades indígenas’, por exemplo, são exercidas por homens. A autora refere-se, também, ao papel desempenhado por homens e por mulheres no âmbito religioso e bélico. Em item denominado ‘Homem provedor; Mulher, a criadora’, Veiga delinea a sociedade kaingang sob a ótica da relação familiar entre homem e mulher. Nesse contexto, indica que tal sociedade ‘está dividida em metades exogâmicas’; os filhos são propriedades do pai. É este o que trás comida para casa, que deve ser um bom caçador, melador, plantador, etc. As mulheres, por sua vez, são as que criam as crianças, as educam, transmitem-lhes os valores culturais da própria sociedade. Há ainda informações sobre ‘Mulheres solteiras’ e ‘Casas kaingang’.

O segundo artigo da primeira sessão do livro trata de questões relacionadas à terminologia de parentesco mēbêngôkre. Antes, porém, Vanessa Lea apresenta um breve panorama com inúmeras discussões científicas empreendidas ao longo de décadas para parentesco. Assim, o artigo de Vanessa Lea **Parentesco enquanto uma elaboração sócio-cultural da percepção do dimorfismo sexual humano** divide-se em dois tópicos, sendo que no primeiro encontra-se o panorama geral para questões de parentesco e no segundo encontram-se informações do sistema de parentesco mēbêngôkre. A hipótese da autora para parentesco mēbêngôkre é a de que se trata de um sistema do tipo Omaha; logo associado com patrilinearidade. Entretanto, a autora parece apontar para um problema com essa classificação, à medida que ‘as mulheres classificam os filhos de suas irmãs

como filhos classificatórios, e os filhos de seus irmãos são classificados pela mesma categoria que os netos'. Além disso, Lea assume que 'um caminho que falta explorar na análise da terminologia de parentesco mēbêngôkre seria a comparação das distinções que se mantém estáveis (e que são mutáveis) ao cotejar as diversas formas terminológicas'. Na conclusão do artigo, a autora mostra que algumas tentativas de explicar termos de parentesco à luz de metáforas ou de consangüinidade e afinidade, por exemplo, não se aplicam ao caso mēbêngôkre; mostra também que nessa sociedade 'inexistem determinadas figuras clássicas do panteão de parentesco'. Nesse sentido, defende a autora, parentesco deve ser 'algo construído para tentar fazer sentido do dimorfismo sexual'.

O terceiro artigo da sessão composta de trabalhos antropológicos é intitulado **Casas, corpos, nomes e outras dádivas – hipóteses sobre intercâmbio e tradição A'uwē-Xavante**. Nesse artigo, Guilherme Falleiros traça um panorama acerca do sistema de parentesco, compreendido como sistema "semi-complexo", e suas implicações sociais. Como conseqüência do referido sistema aplicado à sociedade a'uwē-xavante, Falleiros refere-se ao envolvimento de "consanguinização" de parentes do lado materno através da circulação de nomes, da partilha alimentar e pela coabitação. A natureza semi-complexa do sistema de parentesco a'uwē-xavante aproxima essa sociedade do modelo de 'sociedade de casas', que se constitui 'não somente pela comunhão de corpos, alimentos e casa, mas também pela dádiva de nomes'. Ao tratar especificamente das casas a'uwē-xavante o autor faz uma divisão entre Ri (casa dos solteiros) e Ro (casa dos casados). A casa, bem como diversos outros símbolos tais como nomes, posses e poderes, constituem-se, segundo Falleiros, símbolos que identificam uma pessoa como parente.

Primeiro artigo da sessão II, **A Americanística do período 1890-1919 e o estudo dos povos Jê** de Beatriz Christino explora os 'trabalhos científicos destinados a retratar a língua e/ou cultura de povos Jê nos fins do século XIX e início do XX'. Para isso divide o referido artigo em três sessões. Na primeira, intitulada "A necessária resposta à Tupimania", a autora refere-se aos trabalhos de Karl von den Steinen (1855-1929) e Paul Ehrenreich (1855-1914), segundo os quais os trabalhos de Karl Phillip Von Martius (1794-1868) iniciaram no Brasil uma verdadeira 'tupimania' à medida em que sobrevalorizariam os povos tupi. Essa postura, de acordo com a autora do artigo, negligenciava os estudos dos povos não-tupi. Em "Os Jês: uma incógnita na 'terra incógnita'" (segunda sessão) encontram-se informações sobre a situação social e linguística dos referidos povos. Christino reproduz alguns trechos de cartas de pesquisadores preocupados, sobretudo, com o avançado estado de perda de cultura e de língua dos povos jê. Na última sessão do artigo "A pesquisa entre os Jês" sabe-se do desejo dos pesquisadores em 'conhecer em profundidade poucas tribos ou, mesmo, uma única tribo'. O que não se confirmara em alguns casos. De estudos do período em questão identificaram-se nos povos Jê sistemas complexos de sons consonantais; a utilização de 'botoque nas orelhas e nos lábios'; as características de suas festas, dos xamãs, etc. O empreendimento dos americanistas no período de 1890 à 1919 não irrompeu, contudo, com a "Tupimania" entre os pesquisadores brasileiros, conclui Christino.

O segundo artigo da sessão "Conhecendo as línguas através dos textos" intitulado **O petit vocabulaire Kaingang do cônego Gay, manuscrito do IHGB** pretende 'esclarecer a data e a origem dos informantes do Petit vocabulaire do Cônego Gay'. Para isso, o autor do artigo, Wilmar D'Angelis, estabelece alguns critérios, identificados como Título e Originais; Autoria; Datação do Original; Informação Geográfica, Origem dos Dados e

Local da Coleta; Conteúdo, Peculiaridades e Contribuições do Petit Vocabulaire. Como resultado, o autor refere-se ao vocabulário em questão como ‘um dos pioneiros registros (dos hoje conhecidos) sobre a língua kaingang (com data de 1857), e o primeiro de um dialeto do Rio Grande do Sul (no caso, do dialeto de Guarita)’.

O artigo **Explorando a hipótese de Rodrigues sobre possíveis conexões genéticas Tupi e Macro-Jê** de Rodrigues e Cabral inicia a sessão III do livro em resenha. Segundo os autores, línguas dos troncos linguísticos Tupí e Macro-Jê apresentam algumas afinidades genéticas. Apresentadas como contribuições, tais afinidades são concebidas, basicamente, a partir de correspondências lexicais, fonológicas e gramaticais entre distintas línguas dos dois troncos. Assim, os autores referem-se à flexão relacional como a primeira evidência gramatical utilizada para justificar a hipótese de afinidades genéticas entre línguas Macro-Jê, Tupi e Karíb. Em seguida, baseados em Rodrigues (1993, 1996), referem-se ao que denominam “Reconstrução interna de relacionais para a língua Boróro”. Em resumo, tem-se que a flexão relacional é identificável em línguas Tupi e Macro-Jê através de diversos processos fonético-fonológicos e morfossintáticos. Além dos relacionais, os autores identificam relações genéticas entre línguas Macro-Jê e Tupi a partir da análise de distintos morfemas nominalizadores. Nesse sentido, embora não compreensível se se trata de uma ‘herança comum ou a alguma situação de contato linguístico’, assumem a existência de uma nominalização nas línguas xavante e xerente semelhante à da família Tupi-Guarani.

Alguns dos resultados da revisão da família linguística Kamakã proposta por Chestmir Loukotka (1932) é resultado do estudo histórico-comparativo sobre a família kamakã desenvolvido nas dependências da UnB por Andérbio M. S. Martins como dissertação de mestrado. Consideradas extintas, o autor argumenta em favor do parentesco genético entre as línguas kamakã, kotoxó, menien e masakará. Para isso, utiliza dados fonológicos e lexicais das referidas línguas; o que lhe permite reconstruir um quadro com “12 fonemas consonantais que integrariam o sistema de consoantes do Proto-Kamakã” e seis vogais orais, com quatro vogais nasais.

A sessão IV (Descrevendo e analisando as línguas) inicia-se com o artigo **Formação de unidades substantivas na língua Kaingang: um caso misto**, de Almeida e Santos. Nele, os autores assumem que as unidades substantivas dessa língua podem ser representadas da seguinte forma: [(N)-(V-P)]_N. Com isso, acreditam os autores, explicam-se os processos que ocorrem via combinação de Nome + Verbo + Partícula nominalizadora; Nome/Verbo + Partícula nominalizadora; Indicador de circunstância + Nome/Verbo + Partícula nominalizadora; Pronome indefinido + Nome/Verbo + Partícula nominalizadora; Indicador de circunstância + Pronome indefinido + Nome/Verbo + Partícula nominalizadora; Pronome indefinido + Nome. Como resultado dessas combinações, os autores afirmam que Kaingang é uma língua na qual ‘unidades substantivas’ resultam de processos de composição e de derivação.

Camargos e Cabral tratam da **Manifestação de ergatividade em Bororo**. Nesse artigo as autoras argumentam em favor de que a língua Bororo ‘faz uso de estratégias morfossintáticas bem definidas para distinguir o agente de um verbo transitivo dos demais argumentos verbais’. Embora assumam que estudos linguísticos sobre essa língua ‘não aprofundam reflexões sobre a existência de algum tipo de alinhamento’, opõem-se a outros linguistas que consideram tal língua como não possuidora de um sistema de alinhamento. Antes de apresentar as evidências para a análise, as autoras ilustram casos de ergatividade

em outras línguas jê. No caso Bororo, segundo Camargos e Cabral, a partícula *re* que acompanha os predicados intransitivos, marca exclusivamente o agente em construções transitivas. O contraste entre a utilização da partícula *re* em predicados transitivos e em predicados intransitivos é utilizado pelas autoras para afirmar que no primeiro tipo de predicado a partícula segue o marcador de pessoa ou o sintagma nominal agente, enquanto que nas orações intransitivas *re* segue o predicado.

O artigo de Sinval Martins de Sousa Filho, **Formas curtas e longas de verbos em Akwê-Xerente (Jê)**, cumpre o objetivo do autor em demonstrar que a análise proposta para outras línguas jê no que confere à forma verbal parece inadequada ao caso Akwê-Xerente. Segundo o autor, há nesta língua temas verbais invariáveis, temas com duas formas (breves e longas) e temas com três formas. Tais formas independem de informações gramaticais relacionadas a tempo e/ou aspecto. Esse fato é utilizado pelo autor como evidência de que a explicação dada para outras línguas jê não se aplica à língua em questão. Sobre a possibilidade de o verbo apresentar um tema com forma longa ou curta, Sousa Filho indica a marcação de concordância como a responsável por tal ocorrência.

Em **Construções ergativas em Timbira: formulando hipóteses a partir de uma tipologia baseada em eventos** Pacheco e Castro Alves procuram entender como teorias sobre eventividade podem contribuir para a compreensão de ergatividade em Timbira e em outras línguas que apresentam esse sistema de marcação de caso. Após referirem-se à teoria de eventos, os autores assumem que o complexo dialetal timbira seja considerado um exemplo de Língua-D (línguas que constituem eventos os predicados de *Accomplishment e Achievement*). Ao assumirem essa classificação para a língua em análise os autores estabelecem uma série de questões que respondidas (*a posteriori*) poderiam explicar a contribuição das referidas teorias às línguas jê. Logo, a pergunta estabelecida pelos autores do artigo acerca de ‘como as teorias sobre a eventividade podem contribuir para a compreensão da ergatividade nessa língua e em que medida elas podem contribuir para a formulação de teorias sobre a ergatividade que consideram a estrutura dos eventos na sua formulação?’ não encontra resposta. Ao contrário disso, os autores sinalizam para o caráter preliminar do estudo.

Aprendendo com a aquisição e educação indígena, última sessão do livro, é composta pelos artigos de Koga, Souza, Amado e de Fernandes. No primeiro artigo, intitulado **Aquisição do português segunda língua pelas comunidades timbira: descrição e comparação**, Koga, Souza e Amado apresentam alguns aspectos relacionados às “dificuldades de aquisição do sistema fonológico do português e sua consequente transposição para o padrão escrito”. Após traçarem um breve panorama de aspectos fonológicos distintivos entre as duas línguas envolvidas, as autoras apresentam em item denominado “Classificação e análise dos erros na produção oral” informações sobre (a) neutralização do traço de vozeamento; (b) neutralização do ponto de articulação; (c) neutralização do traço de lateralidade das líquidas (rotacismo); (d) apócope da vogal átona final; (e) alçamento da vogal tônica; (f) alçamento da vogal pretônica; (g) desnazalização e monotongação de [e] átono final¹; (h) apócope do [R] de sílaba tônica

¹ Na verdade, embora haja uma vogal [e] como símbolo, parece que houve a desconfiguração de um outro símbolo fonético.

final; (i) semivocalização de [ɲ]; (j) assimilação de [nd]; (k) monotongação de [ow]. Em item denominado “Classificação e análise dos erros na produção escrita”, as autoras apresentam informações sobre (a) neutralização do traço de vozeamento; (b) neutralização do ponto de articulação; (c) inserção de <r> em final de palavra oxítônica; (d) abaixamento vocálico; (e) alçamento de vogal pretônica; (f) ditogação; (g) monotongação; (h) nasalização; (i) agrupamento de palavras; (j) assimilação; (k) queda de segmentos finais; (l) queda de segmentos iniciais; (m) inserção de segmentos iniciais; (n) grafias diferentes para o fonema / s /.

Indo além do êmico: educação em fluxo entre os Xavante é o último artigo do livro. Nesse artigo, Fernandes considera que “os processos educativos em saúde possam ser percebidos enquanto *loci* de confrontos interétnicos e de que haja um descompasso entre o discurso da diversidade e sua prática”. Isso implica em contradições presentes na escolarização do povo em questão, sobretudo entre o que o autor denomina aparato burocrático administrativo homogeneizador e as especificidades locais. Para o autor, o processo de educação em saúde não deve se dar de cima para baixo.

Deve-se dizer que **Estudos em línguas e culturas Macro-Jê** constitui-se uma boa leitura para antropólogos e linguistas, já que apresenta uma variedade de temas abordados. Esperamos que aqueles artigos assumidamente preliminares possam suscitar nos próprios autores a necessidade de continuidade das investigações, somente assim perguntas empreendidas nessa obra poderão ter respostas satisfatórias e, conseqüentemente, contribuir para a ampliação do conhecimento que se tem das línguas indígenas brasileiras (LIBs).

Uma obra como essa publicação me faz pensar que de fato ainda há muito a avançar no que confere aos estudos de LIBs, de modo a ter respostas satisfatórias para perguntas do tipo (i) o que sabemos sobre LIBs para além de aspectos comparativos entre famílias geneticamente relacionadas; (ii) diferentes abordagens teóricas dão conta satisfatoriamente do que sabemos sobre as LIBs; (iii) há indícios de que tais línguas apresentam implicações teóricas para além daquelas já conhecidas? No caso dos artigos apresentados na primeira sessão do livro, delego a possibilidade de perguntas aos antropólogos interessados no tema.

Finalmente, gostaria de referir-me a um fato já mencionado na resenha de minha autoria – publicada no número 9 da revista *Liames* – referente ao conjunto de artigos resultantes do VI Encontro de Línguas e Culturas Macro-Jê, realizado na Universidade Federal de Goiás em 2008. Na ocasião, apontei para a falta de um cuidado gráfico mais acurado à obra como um todo, já que observara, naquela obra, inúmeras falhas nesse quesito. Esse tipo de problema ocorre também no conjunto de artigos aqui resenhados, especialmente no que confere às referências bibliográficas citadas. Veiga (p. 11-25), por exemplo, cita na página 13 uma obra de Borba (1908) sem contudo mencioná-la em suas referências. O mesmo acontece na página 17 com a indicação de Baldus (1937). Martins (p. 143-153) cita Campbell (2000), mas não o especifica nas referências. Por outro lado, menciona-se na seção de referência uma obra da mesma autora de (1998). Em casos como o artigo de Almeida e Santos (157-168), além de problemas relacionados às referências, há demasiado espaço destinado à discussão de aspectos teóricos, o que reduz consideravelmente o espaço dedicado ao fenômeno linguístico anunciado no tema do artigo. Camargos e Cabral (169-179) referem-se a Crowell (1977), mas indicam nas referências uma obra de 1979. Da

mesma forma, indicam ao longo do texto obras de 2002 e 2003 de Viana, contudo nas referencias indicam obras de 2003 e 2007. Citam, um trabalho de Reis (2003), e nas referencias o indicam como Silva.

Certamente, eu poderia citar outros problemas relacionados à referencia bibliográfica dos artigos que constituem a obra aqui resenhada, todavia a intenção aqui não é apontá-los meramente e sim chamar a atenção para esse fato que, acredito, no entendimento dos leitores não é apenas um fato qualquer. Acredito, também, que no momento em que nos encontramos na busca de qualidade e respeito a nossas produções acadêmicas, descuidar de qualquer aspecto a elas relacionadas é uma ação que deve ser evitada com o máximo de empenho.

Antonio Almir Silva Gomes
PG-IEL-Unicamp/CELCAM.
Universidade Federal do Amapá
a2sg@bol.com.br

Recebido: 1/7/2011
Versão revista: 5/8/2011
Aceito: 30/8/2011.